

Plenária Nacional das Três Esferas da CUT acontece no dia 19 de janeiro



A unidade dos servidores públicos das três esferas, federal, estadual e municipal, segue como o principal instrumento de enfrentamento aos ataques aos direitos da categoria e ao papel do Estado. No dia 19 de janeiro, a Plenária Nacional das Três Esferas da CUT reunirá representantes de todo o país com o objetivo de fortalecer a organização, alinhar estratégias de luta e reafirmar a

panhia.

A proposta é um ataque direto ao serviço público e aos trabalhadores responsáveis por assegurar as políticas públicas essenciais à população.

A PEC se apresenta como uma suposta modernização da administração pública, mas, na prática, representa o desmonte do Estado, a precarização das relações de trabalho e a redução da qua-

defesa dos serviços públicos.

Entre os principais eixos do debate está o enfrentamento à reforma administrativa, materializada na chamada PEC 30 (PEC 38/25), de Hugo Motta, Pedro Paulo, Zé Trovão e com-

lidade dos serviços prestados à sociedade.

A mobilização dos servidores ao longo de 2025 já surtiu importante efeito. 33 deputados que haviam assinado a proposta retiraram seus apoios formalmente, reduzindo o número de 171 assinaturas de parlamentares.

O recuo é também fruto da pressão e ações de denúncia e da mobilização das entidades representativas e da sociedade civil organizada.

Cada avanço é resultado da luta coletiva, da resistência permanente e da unidade entre os trabalhadores do serviço público. A orientação é manter a mobilização para enterrar definitivamente a reforma administrativa e avançar na construção de um serviço público forte, democrático e comprometido com os interesses do povo brasileiro.

Fonte: Condsef

IFMA abre 450 vagas para duas especializações na modalidade a distância

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus Itapeturu-Mirim informa que estão abertas até 19 de janeiro de 2026 as inscrições para o processo seletivo simplificado de acesso aos cursos de Pós-graduação Lato Sensu em Educação Ambiental e Informática na Educação, na modalidade a distância, para o ano de 2026. Estão sendo ofertadas 450 vagas no total.

Os cursos

O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação Ambiental é destinado aos profissionais portadores de diplomas de graduação nas diferentes áreas do conhecimento, reconhecidos pelo Ministério da Educação, quais sejam: Engenharia Ambiental, Engenharia Sanitária e Ambiental, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Agroecologia, Biologia, Geologia, Engenharia Civil, Oceanografia, Química, Geografia, Arquitetura e Direito, além de outros profissionais engajados nas causas ambientais, e interessados em atuar nessa temática e áreas afins.

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental terá tempo de duração de 18 meses (dezoito), incluindo a elaboração e apre-

sentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Informática na Educação é destinado aos profissionais portadores de diplomas de graduação nas diferentes áreas do conhecimento, reconhecidos pelo Ministério da Educação e que atuam na área da educação, como gestores, professores, coordenadores ou aqueles que pretendem atuar utilizando tecnologias de informação e comunicação em sua carreira profissional, e interessados em atuar nessa temática e áreas afins.

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Informática na Educação terá tempo de duração de 20 meses (dezoito), incluindo a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Vagas

Serão ofertadas 50 (cinquenta) vagas distribuídas por Curso e por Polos de Apoio Presencial, conforme Quadro de Distribuição de Vagas especificado no Anexo III do Edital.

Das vagas ofertadas por polo, 5% serão destinadas para pessoas com deficiência, 03 (três) vagas; 5% serão destinadas para candidatos indígenas, 03 (três) vagas; e 20% serão destinadas para candidatos negros (pretos ou par-

dos), 10 (dez) vagas; e para ampla concorrência, 34 (trinta e quatro) vagas, conforme indicado no Quadro de Distribuição de Vagas (Anexo III).

Inscrição

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas via formulário eletrônico na internet por meio do link <https://processoseletivo.ifma.edu.br/edital/visualizar/132/>, obedecendo ao cronograma proposto no Anexo I. Para acesso ao formulário eletrônico o candidato deverá ter conta de e-mail do Google (Gmail).

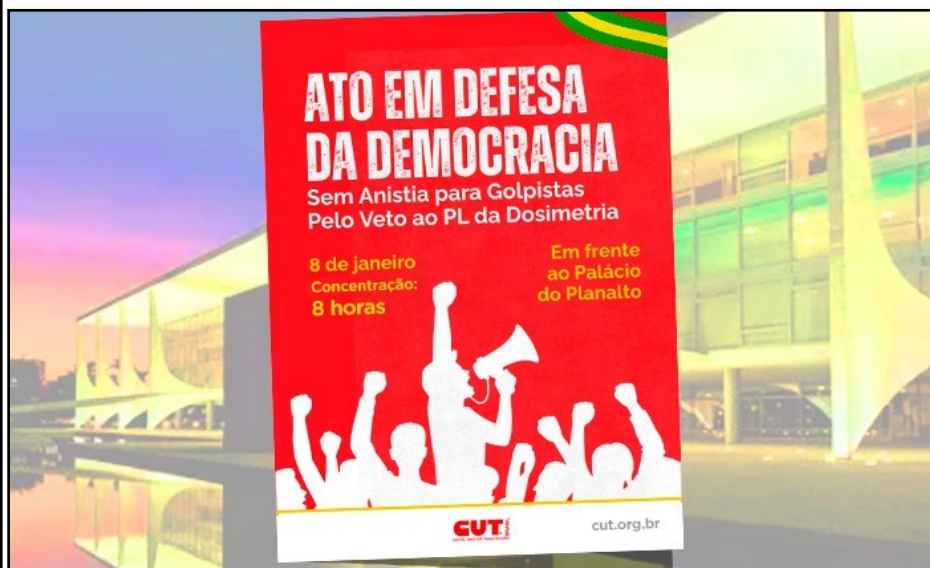
O candidato deverá optar por somente um polo no ato da inscrição, não sendo permitidas mudanças posteriores, observadas as vagas especificadas no Edital.

Poderão se inscrever portadores de diploma de graduação (tecnólogo / bacharelado / licenciatura) em instituições credenciadas pelo MEC.

No ato da inscrição via internet, o candidato deverá informar os dados exigidos no formulário eletrônico, bem como, se for o caso, a opção por um subconjunto das vagas, a saber: ampla concorrência, cotas raciais, cotas para pessoas com deficiência e cotas para indígenas, conforme Anexo III.

Fonte: IFMA

Atos de 8/01 relembram tentativa de golpe e pedem veto ao PL que alivia criminosos



No dia 8 de janeiro de 2026, quando a tentativa de golpe contra as instituições democráticas completa três anos, atos por todo o Brasil estão marcados para reafirmar a defesa da democracia. Com o lema “em defesa da democracia, sem anistia para golpistas, pelo veto ao PL da dosimetria”, o ato reunirá trabalhadores, movimentos sociais, organizações políticas, sindicatos e centrais sindicais. O evento irá pedir, também, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva veto o PL da dosimetria.

Em Brasília, o ato foi marcado para a Via N1, em frente ao Palácio do Planalto. O local foi escolhido por estar próximo à Praça dos Três Poderes, que passa por reformas. Lugar que, em 8 de janeiro de 2023, extremistas tentaram barbaramente romper a ordem democrática no país. A concentração acontece às 8 da manhã.

Além da mobilização popular, haverá, também, uma cerimônia simbólica no Palácio do Planalto, para 700 a 800 convidados, com participação de Lula. Depois disso, o presidente descerá a rampa do Planalto e irá saudar a população.

Como será o ato em Brasília

A concentração do ato público ocorrerá na Via N1, em frente ao Palácio do Planalto. O acesso será feito por um ponto único de credenciamento e revista, localizado em frente ao Ministério da Justiça. A organização informou que os protocolos de segurança serão rigorosos, com restrição a objetos como mastros de bandeira, suportes de madeira e garrafas.

Caravanas que cheguem em ônibus e vans desembarcarão na Via José Sarney, acima da Alameda das Bandeiras, seguindo a pé até o local do credenciamento. Um telão transmitirá a cerimônia oficial realizada dentro do Palácio do Planalto e um caminhão de som será instalado próximo à rampa presidencial, onde é esperado um pronunciamento do presidente Lula ao público.

Mobilização continua

A programação completa dos atos nos estados será divulgada nos próximos dias. A CUT orienta sindicatos e entidades filiadas a intensificarem a mobilização e o diálogo com a base.

Para a Central Única dos Trabalhadores, ocupar as ruas no 8 de

Janeiro é reafirmar que a democracia se constrói com participação popular, justiça e compromisso permanente com os direitos dos trabalhadores.

Sobre o PL da Dosimetria

Aprovado pelo Senado Federal em 17 de dezembro, por 48 votos a favor e 25 contrários, o PL da Dosimetria altera a forma de cálculo das penas para crimes como tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. O texto segue agora para sanção presidencial.

Pela nova regra, quem for condenado por mais de um crime cumprirá apenas a pena do delito mais grave, e não a soma das condenações. O projeto também reduz o tempo mínimo de cumprimento em regime fechado. Mesmo em casos com uso de violência, a progressão de regime poderá ocorrer após o cumprimento de 16% da pena. Para reincidentes, o percentual cai de 30% para 20%.

Especialistas e entidades da sociedade civil alertam que a mudança representa um abrandamento significativo das punições definidas pelo Supremo Tribunal Federal após os ataques de 2023.

Quem ganha com a mudança

O principal beneficiado pela proposta é o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado pelo STF a 27 anos e três meses de prisão. Com a legislação atual, ele permaneceria preso ao menos até 2033. Caso o projeto seja sancionado, o tempo em regime fechado pode cair para cerca de dois anos e quatro meses, em unidade da Polícia Federal.

Esse cenário reforça a sensação de impunidade e ignora os impactos do ataque à democracia sobre a vida do povo. A instabilidade política provocada pelo golpismo afeta diretamente o emprego, a renda e a capacidade do Estado de implementar políticas públicas.

Fonte: CUT